

OS NOVOS ESPAÇOS DA CIDADE MODERNA

UMA APROXIMAÇÃO À RIBEIRA DE LISBOA ATRAVÉS DE UMA INTERVENÇÃO NO LARGO DO TERREIRO DO TRIGO

CRISTINA GONZALEZ

RESUMO Durante o ano 2010 decorreu uma intervenção arqueológica que acompanhou a construção de um troço da nova rede de saneamento, que tem como fim conduzir os esgotos provenientes do centro de Lisboa em direcção à ETAR de Alcântara, obra promovida pela SIMTEJO. Este troço, compreendendo toda a extensão desde o Largo do Chafariz de Dentro até à Estação Fluvial no final da Avenida Infante Dom Henrique foi realizado em diversas fases, sendo a que aqui apresentamos a que esteve a cargo da empresa CRIVARQUE e acompanhou os trabalhos de obra desde a Rua do Terreiro do Trigo até à Rua do Cais de Santarém e início da Travessa de São João da Praça, na faixa mais ribeirinha de Alfama.

O Largo do Terreiro do Trigo foi praticamente todo intervencionado em profundidade, embora não de uma só vez mas sim ao sabor da evolução da própria obra, tendo-se efectuado a escavação arqueológica de duas áreas de dimensão muito significativa para uma compreensão do que foi aquele espaço entre o século XVI e os meados do século XVIII. Foram colocadas a descoberto estruturas que corresponderiam a um ou vários edifícios que aqui existiram pelo menos entre a segunda metade do século XVII e os meados do século XVIII, destruídos provavelmente pelo Terramoto de 1755 como indicam os níveis de aterro que os cobrem. As realidades anteriores revelam a existência de um pavimento público comum a toda a área desde o Largo do Terreiro do Trigo até à Rua do Cais de Santarém que constituía espaço de circulação e de fixação de algumas actividades que compunham o quadro diário da Ribeira de Lisboa como zona de grande dinâmica económica e social.

A diacronia no sítio é bem visível, sendo os depósitos mais antigos detectados largos níveis de aterros do século XVI que nessa altura resultaram na conquista de uma maior margem ao rio tendo em vista o aproveitamento da frente ribeirinha.

PALAVRAS-CHAVE Ribeira de Lisboa, arqueologia urbana, espaço público, edifício civil

Durante o ano de 2010 realizou-se uma intervenção arqueológica no bairro de Alfama, em Lisboa, que acompanhou a construção de um troço da nova rede de saneamento. Esta obra, promovida pela SIMTEJO¹, insere-se num projecto de grandes dimensões que tem como fim redireccionar os esgotos provenientes do centro da cidade, sistematicamente descarregados no Tejo, para a recente ETAR de Alcântara. Assim, nos últimos anos temos assistido a constantes acções de revolvimento no subsolo de Lisboa, nos arruamentos e praças mais próximos do rio², por onde passará o sistema de colectores. Apesar da afectação e destruição efectiva de património arqueológico que estas grandes obras habitualmente provocam no centro histórico das nossas cidades, não deixam simultaneamente de nos oferecer a oportunidade de olharmos para o interior das mesmas e de descobrirmos novos dados acerca da sua evolução. Os resultados que aqui apresentamos de forma ainda

muito preliminar, devido ao término relativamente recente dos trabalhos em campo e ao estado de execução em curso do seu relatório, são precisamente fruto de uma destas situações. A intervenção arqueológica a que nos reportamos, conduzida pela CRIVARQUE, permitiu através do acompanhamento da obra a identificação de realidades arqueológicas preservadas que justificaram a escavação em área, que noutra contexto não seria exequível.

1. UMA INTERVENÇÃO NO CENTRO DA CIDADE

1.1 Localização

Os trabalhos tiveram lugar em três freguesias do núcleo mais antigo da cidade de Lisboa (fig. 1): São Miguel, Santo Estêvão e Sé, as duas primeiras compoendo o histórico bairro de Alfama, que se estende pela encosta Sul do castelo de São Jorge até ao rio Tejo. A área de afectação da obra situava-se precisamente na base desta colina e no limite do perímetro destas três freguesias, numa zona plana, bastante próxima da margem do rio. O espaço aliás, compreendido entre o local e o próprio rio sabe-se ter sido aterrado para obras de alargamento do porto de Lisboa, nomeadamente

1. Esta empreitada correspondeu à segunda fase de construção do "Sistema de Intercepção do Largo do Chafariz de Dentro à Estação Elevatória da Estação Fluvial". A primeira fase deste projecto envolvia já intervenções arqueológicas no Largo do Chafariz de Dentro (Nozes, Miranda e Silva, 2007).

2. Denote-se uma série de trabalhos de obra inseridos em projectos da SIMTEJO ao longo da Av. Infante Dom Henrique, Praça do Comércio, Ribeira das Naus, Cais do Sodré, Av. 24 de Julho, entre outros.



1. Localização da intervenção na cidade de Lisboa (CMP – Folha 431).

com a construção da Doca do Terreiro do Trigo, apenas nos últimos 150 anos (Ramos, 1990, p. 10). Podemos considerá-lo na sua História, portanto, como um espaço perfeitamente ribeirinho.

O acompanhamento arqueológico envolveu quase toda a extensão da Rua do Cais de Santarém, atravessando o Largo do Terreiro do Trigo e parte da Rua do Terreiro do Trigo até à porta principal do edifício da Alfândega, onde se pode ler a inscrição identificando o antigo Celeiro Público pós-terramoto de 1755. Incluiu ainda um pequeno troço inicial da Travessa de São João da Praça. Os resultados que apresentamos centrar-se-ão contudo apenas no Largo do Terreiro do Trigo (fig. 2), que foi praticamente todo intervencionado em profundidade, tendo-se efectuado para além do acompanhamento da abertura de valas a escavação arqueológica de duas áreas de dimensão muito significativa.

1.2 Antecedentes

Em 2008, já no âmbito deste projecto da SIMTEJO, foi realizado um plano de minimização de impactes sobre o património arquitectónico e arqueológico conhecido para a área em questão, na altura sob a responsabilidade da empresa ERA – Arqueologia (Manuela Dias Coelho, 2008). O plano previa a realização de sete sondagens com o objectivo de diagnosticar o seu potencial arqueológico, bem como o acompanhamento arqueológico de toda a restante área em fase de obra.

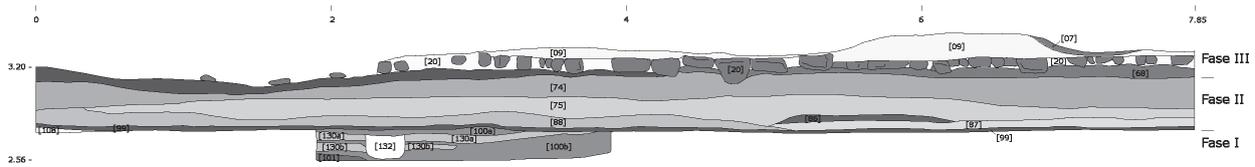
No mesmo ano, realizaram-se aquelas sondagens, igualmente a cargo da ERA – Arqueologia³, que revelaram

em várias zonas de futura afectação da obra a presença de vestígios de valor arqueológico assinalável. Na zona mais a Sul do Largo do Terreiro do Trigo, onde viria a ser construída uma estação elevatória implicando a afectação total do terreno até cerca de 7 m de profundidade, foi efectuada uma sondagem manual com aproximadamente 20 m². A escavação apenas foi praticável até 1,85 m de profundidade devido à presença constante do nível freático. Ainda assim, os resultados foram extremamente relevantes, tendo-se detectado a existência de muros em alvenaria sobrepondo-se a depósitos cronologicamente enquadráveis entre os séculos XVI e XVIII (Pinto e Ferreira, 2008). Desta forma, estava aberto o precedente para se considerar imprescindível a realização de uma escavação arqueológica na restante área de afectação da estação elevatória após o início dos trabalhos da obra, podendo ser removidos mecanicamente os níveis iniciais de aterros contemporâneos.



2. Localização da intervenção no Largo do Terreiro do Trigo (Fotografia aérea GoogleEarth).

3. Os trabalhos arqueológicos foram dirigidos por Marina Pinto e Ângela Ferreira.



3. Corte Norte da escavação arqueológica na EE-TT distinguindo-se as sucessivas fases de ocupação no Largo do Terreiro do Trigo.

1.3 Metodologia

A construção deste sistema de interceptção e recondução dos colectores de esgoto implicava a abertura de três áreas de considerável dimensão e sobretudo profundidade, para a construção de uma estação elevatória (EE-TT) e uma câmara de válvulas de maré (CVM-LTT) no Largo do Terreiro do Trigo e uma outra câmara (CVM-RTT) na Rua do Terreiro do Trigo. Além destas, contava-se também com a abertura de valas contínuas com cerca de 1 m de largura e profundidade variável entre 1,80 m a 5 m. Procedeu-se ao acompanhamento arqueológico em toda as acções de escavação e à escavação arqueológica nas três áreas acima referidas, de maior afectação, a partir de níveis preservados. A escavação arqueológica na CVM-RTT forneceu um grande volume de espólio material, embora a área se encontrasse extremamente afectada por infra-estruturas recentes, apresentando poucas estruturas conservadas⁴. As escavações no Largo do Terreiro do Trigo na EE-TT e CVM-LTT, apesar de na segunda os níveis arqueológicos terem sofrido grandes alterações devido às infra-estruturas da água e saneamento, aliadas à abertura de valas sob acompanhamento, permitiram obter uma visão alargada sobre níveis de estruturas edificadas e pavimentos de cronologia moderna com continuidade entre as diferentes áreas. Esta compreensão geral sobre a forma como as realidades se articulavam no espaço foi, ainda assim, bastante dificultada pelos constrangimentos causados pelo decurso da própria obra, bem como pela presença constante do nível freático a pouca profundidade (entre 1,50 m e 1,80 m). As escavações no interior do Largo do Terreiro do Trigo decorreram em momentos muito diversos, estando-se portanto neste momento ainda a juntar todas as informações.

2. RESULTADOS

A cerca de 0,80 m de profundidade detectaram-se as primeiras estruturas em alvenaria, sob largos depósitos de derrube. Iniciou-se uma escavação arqueológica na localização da EE-TT, com cerca de 71 m², onde se

4. De referir os vestígios de um muro em alvenaria de consideráveis dimensões, assente em estacaria de madeira, aparentemente sob o actual edifício da Alfândega.

incluía a área já intervençionada em 2008, e em seguida na CVM-LTT com cerca de 22 m². Detectou-se até ao momento uma sucessão de três fases de evolução e utilização do espaço (fig. 3).

2.1 Fase I – Século XVI

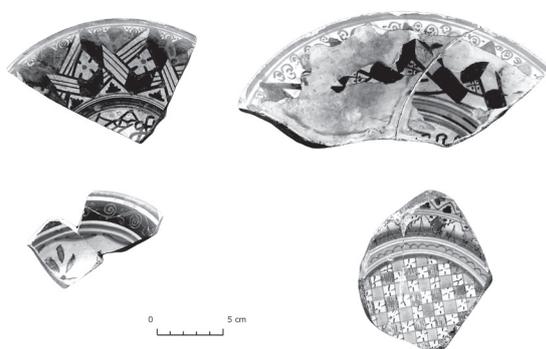
Os níveis de ocupação mais antigos detectados no Largo do Terreiro do Trigo caracterizavam-se pela sucessão de depósitos de forma bastante linear, intercalando-se entre sedimentos negros repletos de matéria orgânica e sedimentos arenosos esbranquiçados. Sobre eles abriam-se em vários momentos pequenas estruturas negativas de planta genericamente circular onde se deveriam sustentar pequenas estruturas em materiais perecíveis (fig. 4). Depósitos deste género foram observados na base de todas as valas abertas em profundidade quer no Largo quer na Rua do Terreiro do Trigo, sugerindo movimentos de aterros a uma larga escala. Após a escavação arqueológica na EE-TT e numa fase posterior de acompanhamento no Largo do Terreiro do Trigo foi visível a persistência destes níveis de aterro repletos de material arqueológico do século XVI sobretudo entre os 2 m e os 5 m de profundidade, a partir dos quais se começavam a observar os substratos geológicos de areolas⁵.

5. O nível freático constante a muito pouca profundidade, num Inverno particularmente chuvoso como o de 2010, inviabilizou a continuação da escavação arqueológica abaixo da cota absoluta de 2,56 m. Os níveis mais profundos apenas foram passíveis de ser observados em acompanhamento posterior, após a construção de uma estrutura em paredes de betão no perímetro da EE-TT que possibilitava a escavação mecânica no interior em mais 5 ou 6 m, sem condições de segurança contudo para os arqueólogos descerem ao terreno.

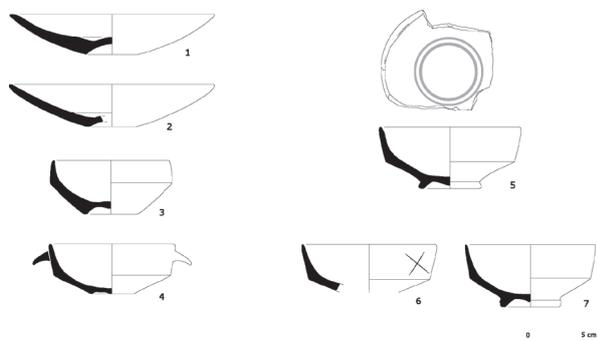


4. Pequenas estruturas negativas sobre os níveis de aterros do século XVI.

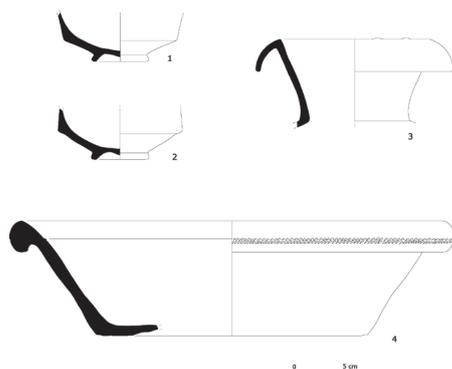
Denote-se a estrutura [1063] desta fase, na CVM-LTT, um caneiro de esgotos em blocos de pedra não afeiçãoada e muito deteriorada ligada por argamassas à base de areias laranjas e esverdeadas semelhantes às que se observaram nos níveis geológicos, ainda activo por sinal e interceptado no decurso desta obra. O seu interior já havia sido intervencionado nos últimos anos, notando-se um lajeado em betão a servir de tampa e uma extensa vala que rasgou os níveis superiores a todo o comprimento da estrutura. No entanto, devido à largura total da estrutura superior a 4 m, preservaram-se ainda lateralmente alguns depósitos que a cobriram certamente logo após a sua construção. Estes assumiam as mesmas características dos aterros referidos acima.



5. Majólicas italianas provenientes de depósitos da fase I.



ESTAMPA I – Faianças do século XVI, fase I.



ESTAMPA II – Cerâmica vidrada do século XVI, fase I.

O espólio associado a esta fase é um conjunto significativo em volume e diversidade, enquadrando-se perfeitamente no século XVI.

Recolheram-se faianças em louça Malegueira, provavelmente importada de Sevilha, onde se destacam os pratos de fundo em ônfalo e as escudelas carenadas de pé anelar (Est. I, 1-2, 5-7). Trata-se de peças brancas sem decoração ou com simples bandas azuis. Não é de estranhar encontrar ainda neste período algumas importações de cerâmica valenciana, que teria atingido o seu apogeu nas duas centúrias anteriores, mas que por se considerarem peças de elevado prestígio continuam a existir no interior das casas abastadas como se verifica em contextos do século XIV ao XVI na Casa do Infante, no Porto (Dordio, Teixeira e Sá, 2001, p. 127, fig. 3). Parece ser o caso de uma escudela com fundo côncavo e duas pequenas pegas laterais, apesar de apresentar uma forma mais carenada do que a tradicional hemisférica destas produções (Est. I, 4). As superfícies encontram-se muito degradadas, mas não escondem completamente o seu característico “brilho metálico”.

Ainda nestas cerâmicas de importação é significativo o conjunto de majólicas italianas, peças de aparência mais delicada do que as faianças sevilhanas e as que se começam a produzir em Portugal de paredes espessas e esmalte mais grosseiro, que trazem para as mesas uma novidade estética ao nível da policromia, diferente do gosto mudéjar da cerâmica valenciana. Surgem geralmente em contextos urbanos por onde passem eixos comerciais marítimos, como Silves (Gomes e Gomes, 1996, p. 185, 187-188, 190-193), Palmela (Fernandes e Carvalho, 1998, p. 233, cat. 201-204) ou Porto (Dordio, Teixeira e Sá, 2001, p. 134, fig. 7). As peças que chegam a Lisboa são maioritariamente produções de Montelupo, na Toscana, sobretudo na forma de pratos e tigelas (fig. 5), com tipos decorativos que remetem para a primeira metade do século XVI (Carta, 2003, p. 39) e em menor percentagem da Ligúria, em esmalte *berettino*, atribuídas já à segunda metade do mesmo século (Carta, op. cit., p. 31)⁶.

Refere-se a presença nos mesmos contextos de cerâmica com vidrados de chumbo, particularmente de tigelas carenadas de pé anelar vidradas a melado ou a verde com formas semelhantes às faianças sevilhanas já referidas mas de produção aparentemente portuguesa (Est. II, 1-2). Não só a cerâmica de mesa pode apresentar superfícies vidradas, mas também outras formas como é o caso de uma grande talha da qual apenas se

6. Em toda a intervenção e particularmente na Rua do Terreiro do Trigo, e que portanto não será aqui tratado, foram recolhidos fragmentos de majólicas italianas associados a este tipo de contextos do século XVI. Além de um importante conjunto de majólicas de Montelupo e da Ligúria, recolheram-se também alguns fragmentos de pratos e tigelas produzidos em Deruta, na região da Úmbria.

conservou o bocal ou de um alguidar com decoração impressa "a corda" sobre o bordo (Est. II, 3-4), com paralelos em exemplares de Silves do século XVI (Gomes e Gomes, 1996, p. 162). A cerâmica de produção local de barros vermelhos dita comum encontra-se bem representada sob a forma de pequenos púcaros ou copos (fig. 6), alguns dos quais de paredes muito finas e superfícies engobadas, ou pequenos jarros com paralelo em peças de Évora atribuídas à primeira metade do século XVI (Teichner, 2003, p. 511, fig. 6, 1-2).

2.2 Fase II – Século XVII

Sobre os profundos níveis de aterros do século XVI pôde-se observar uma fase de sucessão de pavimentos bastante compactos de argamassas de areia, cal e argila (fig. 7). Estendiam-se por uma vasta área no Largo do Terreiro do Trigo, cortados nalgumas zonas por estruturas posteriores⁷, indiciando uma existência enquanto largo espaço público de circulação: um logradouro.

As várias camadas que se sobrepunham com as mesmas características, aliado a evidências de reparações localizadas, sugerem um período prolongado de utilização. No nível de pavimento argamassado mais antigo, [88], eram visíveis marcas de negativos de estacas de madeira, que no nível seguinte se encontravam já tapados, revelando o carácter esporádico deste tipo de construções.

Parecem abranger uma cronologia dilatada no século XVII, baseando-nos numa primeira abordagem ao material recolhido. Destaque-se no nível [88] um prato de faiança portuguesa azul e branca decorada com motivos vegetalistas (fig. 8), com paralelos situados na primeira metade do século XVII nos Países Baixos (Bartels, 2003, p. 74-76), e parecendo simultaneamente achar inspiração na gramática decorativa das faianças sevillhanas da mesma altura (Somé Muñoz e Huarte Cambra, 1999, p. 161-162, fig. 4). Ainda no mesmo contexto, encontram-se alguns fragmentos de porcelana chinesa (fig. 9), entre os quais pertencentes ao designado grupo *Kraak-porcelain*, com exportação para os mercados europeus desde os finais do século XVI a meados do século XVII (Inês Pinto Coelho, 2008, p. 163). Refere-se nos níveis de pavimento mais recentes um vasto conjunto de pequenos fragmentos de faiança portuguesa atribuível maioritariamente à segunda metade do século XVII, com motivos em pêssegos, rendas, semi-círculos concêntricos e decoração de tipo *desenho-miúdo*.

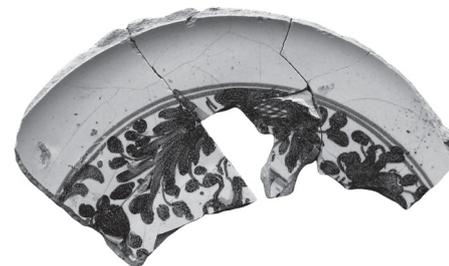
7. Na escavação efectuada na CVM-LTT e em parte do acompanhamento de valas não se detectaram por terem sido cortados pelos muros de grande dimensão da fase III A, terceiro momento construtivo, bem como por infra-estruturas urbanas contemporâneas (valas da EPAL particularmente). Este tipo de pavimento era contínuo em toda a área escavada na EE-TT e foi também observado em acompanhamento na Rua do Cais de Santarém.



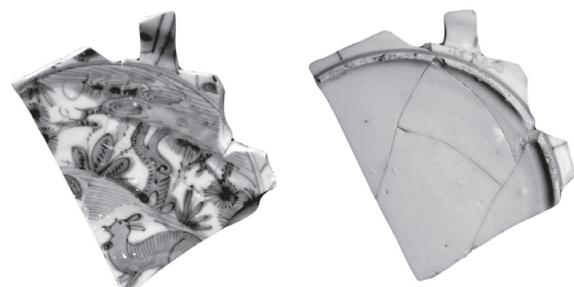
6. Púcaros em barro vermelho do século XVI, fase I.



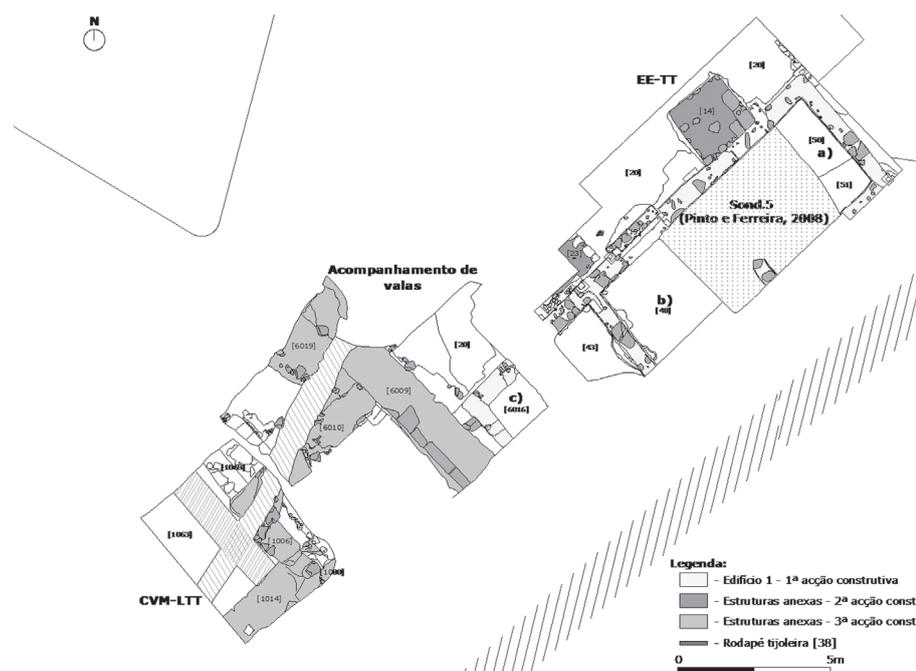
7. Pavimento do logradouro do século XVII.



8. Prato de faiança portuguesa, fase II.



9. Prato de *Kraak-porcelain* com motivo decorativo de um gamo enquadrado por uma paisagem.



10. Planta das estruturas detectadas em escavação e acompanhamento no Largo do Terreiro do Trigo. Fase III A.

2.3 Fase III A e B – Segunda metade do século XVII – 1755

Sobre os pavimentos que compunham o logradouro do século XVII, elevava-se um conjunto de muros de alvenaria de planta rectilínea que formava a base de um edifício cujo momento de construção e período de utilização se designou como fase III A (fig. 10).

Deste edifício era possível observar os seus limites a Norte, e o interior de três divisões — a), b) e c) — que se prolongavam para Sul, para fora da área de escavação, na direcção do edifício do Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças⁸. No espaço exterior ao edifício estendia-se uma calçada, [20], em seixos de basalto bastante regular e bem conservada. (fig. 11).

Todas as paredes interiores se encontravam revestidas a estuque branco, sendo que o compartimento a) apresentava um rodapé em tijoleira (fig. 12), sugerindo um pavimento no mesmo material, e destacando-se das outras divisões. Os pisos do interior das divisões não se conservaram, mas apenas a base de um conglomerado de argamassa e argila que os sustentava.

Tanto o compartimento a) como o b) teriam uma entrada a Norte. No primeiro caso esta era visível através da própria configuração do rodapé, e no segundo pela existência de uma soleira em calcário. Ambas as entradas foram desactivadas num momento posterior de utilização do edifício: no compartimento a), uma construção maciça em alvenaria de planta quadrangular, [14], sobrepôs-se por completo à entrada, que se destacaria avançando para o exterior, não destruindo contudo o edifício mas

encostando-se-lhe; a soleira da porta do compartimento b) foi selada com a construção de uma fina parede, [19]. O compartimento c) apenas foi delimitado na sua extensão para Oeste em acompanhamento de valas, não se percebendo se teria uma entrada ou não pela fachada Norte.



11. Base das paredes de alvenaria que compunham o edifício a Sul, vendo-se a calçada de basalto que lhe é contemporânea. Fase III A.

8. Este edifício aparece já representado nas plantas de Duarte Fava, levantada em 1807, e de Filipe Folque em 1858.



12. Rodapé em tijoleira no interior do compartimento a).

Assim, podemos desde logo compreender diferentes grandes acções construtivas num período continuado de utilização do espaço. A um primeiro momento associa-se a construção do edifício, cuja existência irá condicionar a implantação das estruturas posteriores. Num segundo momento, implantam-se duas grandes estruturas em alvenaria de planta quadrangular a Norte do edifício principal, [14] e [23], cuja função ainda se desconhece. Uma delas, como já mencionámos, sela a entrada do compartimento a). A construção de ambas implica a realização de reparações na calçada de basalto e não destrói o edifício, parecendo ao invés relacionar-se com ele.

A Oeste do edifício identificado, numa zona que apenas foi possível registar em acompanhamento e que não apresentava relação física com as estruturas [14] e [23], distinguiu-se um terceiro momento construtivo de cinco muros de alvenaria de grande dimensão, perpendiculares entre si, com grandes blocos de calcário não aparelhados e argamassas bastante grosseiras. Alguns destes encontravam-se assentes numa estrutura de madeira de estacas verticais sobre as quais se entrecruzavam perpendicularmente outras na horizontal. Somente num dos muros, [6009], se verificou o acabamento da face Oeste em silharia de calcário, apesar do carácter muito tosco da execução. A sua construção,

implica mais uma vez uma reformulação e delimitação do espaço, parecendo desactivar uma parte do edifício que se prolongaria para Oeste. A calçada exterior é novamente reparada para admitir uma coexistência destas estruturas com as anteriores.

Os depósitos associados à ocupação deste espaço forneceram materiais arqueológicos com cronologias entre século XVII e a primeira metade do século XVIII. Tendo em conta a presença de alguns materiais em contextos da fase II característicos do terceiro quartel do século XVII (*rendas, desenho-miúdo...*) é mais seguro atribuir uma cronologia *post quam* segunda metade do século XVII. Recolheram-se exemplares de cerâmica comum, entre os quais um copo de medida (Est. III, 1) com data ilegível sobre o bordo muito semelhante, contudo, a uma peça de Santarém com inscrição de 1736 (Calado e Lima, 2005, p. 121) e outra do Palácio dos Marqueses de Marialva, em Lisboa, com data de 1784 (Santos, 2006, p. 210). Na faiança destacamos um prato com decoração simples em bandas concêntricas e motivo vegetalista no centro (fig. 13) com paralelos em peças datadas do século XVII no Hospital Real de Todos-os-Santos, em Lisboa (VV.AA., 1993, p. 88, n.º 91-93) e no centro urbano de Silves (Estrela, Ferreira e Ferreira, 2008, p. 232, fig. 11), e pequenos fragmentos de faiança portuguesa com decoração



13. Prato fundo em faiança do século XVII, fase III A.

em bandas a azul e manganês enquadráveis entre a segunda metade do século XVII e primeira do século XVIII.

A fase III B marca o abandono do edifício e estruturas associadas, quase certamente destruídos pelo Terramoto de 1755. Sobre aquelas estruturas, estendiam-se depósitos com uma grande concentração de argamassas e estuques do mesmo material dos muros de alvenaria. Consistem nos níveis de derrube das construções anteriores, com materiais de cronologias bastante misturadas, provenientes dos níveis destruídos e fruto dos processos de aterro após o terramoto.

3. A RIBEIRA – UM NOVO ESPAÇO DA LISBOA MODERNA

O actual Largo do Terreiro do Trigo evoca um espaço da cidade de Lisboa que ganha lugar de destaque com a chegada da Idade Moderna: a Ribeira. Geograficamente consistia na margem de terra entre as muralhas medievais, a chamada Cerca Moura, a muralha do reinado de

D. Dinis e a Muralha Fernandina, e o rio Tejo. No entanto, ainda que exterior ao perímetro da urbe medieval e moderna, integrava-se plenamente na vida da cidade.

A Ribeira medieval consistia numa linha de praia natural, servindo as funções portuárias de entrada na cidade. Pode-se imaginar o movimento de pessoas que aqui circulavam devido à chegada e partida de navios com mercadorias para o interior através do Tejo ou para o exterior em direcção ao Norte e Mediterrâneo (Caetano, 2004, p. 40). A vida intensa na Ribeira estaria também motivada pela necessidade de abastecimento de água por parte dos habitantes e das embarcações que aqui aportavam, pois era nesta zona que se situavam os principais chafarizes de Lisboa, sendo de realçar o Chafariz de El-Rei e o Chafariz de Dentro ou dos Cavalos, o primeiro exterior à Cerca Moura e o segundo do lado interior da Muralha Fernandina.

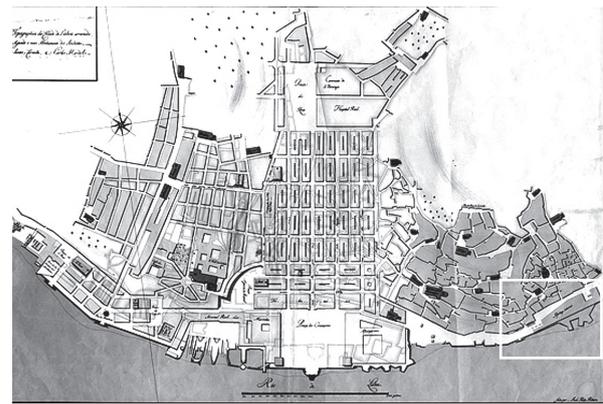
Já no século XIV, no reinado de D. Dinis, assiste-se à instalação junto à praia de equipamentos industriais e portuários como as Tercenas Reais e os Estaleiros, denotando-se uma preocupação em aproveitar de forma mais intensiva as vantagens da proximidade do rio. É no entanto durante o século XV, com o impulsionamento dos Descobrimentos em direcção a África e ao Atlântico, e principalmente no dealbar do século XVI, momento de apogeu da Expansão, que se desloca para a Ribeira o núcleo do poder económico e político. A partir dos finais do século XV, nos reinados de D. Manuel e D. João III em particular, realizam-se grandes obras públicas no sentido de tornar Lisboa no centro dinamizador do comércio ultramarino português (Moita, 1983, p. 10), procedendo-se a grandes acções de aterro. Desta forma vai-se conquistando espaço ao rio para a construção dos principais edifícios da administração, como o Paço da Ribeira, a Casa da Índia, a Alfândega Nova ou o Terreiro do Trigo (o manuelino situava-se no limite Este do logradouro que constituía o Terreiro do Paço, em frente à igreja da Misericórdia) e de equipamentos portuários e industriais como a Casa



ESTAMPA III – Cerâmica comum da segunda metade do século XVII a meados do século XVIII, fase III A.



14. Excerto da planta datada de 1650 da autoria de João Nunes Tinoco, vendo-se um extenso logradouro entre o Chafariz de El-Rei e a Fundição de Artilharia a Este (Adaptado de Silva, 1987, Vol. I).



15. Planta do projecto de reconstrução da cidade segundo Eugénio dos Santos e Carlos Mardel (Museu da Cidade). As zonas destruídas pelo terramoto foram coloridas a rosa, sobrepondo-se a amarelo o traçado proposto.

da Pólvora, as Terceiras Novas e o Arsenal de Artilharia junto às Portas da Cruz. Perseguindo os mesmos espaços ocupados pela família real e pela corte, torna-se moda para as famílias mais abastadas construir as suas casas e palacetes na Ribeira, aproveitando para o efeito o próprio traçado das muralhas, como sucede na nossa área de estudo, entre a Misericórdia e o Chafariz de Dentro (Moita, op. cit., p. 13).

A nossa análise centra-se na área que corresponde à continuação para Este do extenso logradouro que compunha a Ribeira Velha, também designada das Portas do Mar. Esta foi ampliada nos meados do século XVI através de largos processos de aterros e da construção de cais que ofereceram à cidade um novo espaço público (Caetano, 2004, p. 136). Tratava-se de um local de intensa actividade económica, onde a partir da segunda metade do século XVI funcionava o mercado dos víveres (produtos hortícolas, peixe, pão, açougues da carne) e onde se cruzavam gentes que trabalhavam nas actividades portuárias ou que vinham abastecer-se de água aos chafarizes. O actual Largo do Terreiro do Trigo distinguia-se ainda assim da Ribeira Velha com a designação própria de Campo da Lã, o que nos remete para as actividades de curtimento, lavagem e secagem de peles que aqui se desenrolavam (Silva, 1987, p. 114). A intervenção arqueológica revelou uma sucessão desses mesmos aterros, sobre os quais se montavam pequenas estruturas associadas às actividades no local. A sucessão estratigráfica indica-nos a existência de um modo de pavimentação mais estruturado apenas já no século XVII, onde continuam a existir construções em madeira de forma esporádica. A iconografia de meados de seiscentos mostra-nos precisamente um amplo espaço público que continua a ter como principal referência o Chafariz de El-Rei e mais a Este o Chafariz Novo ou da Praia (fig. 14).

As estruturas em alvenaria postas a descoberto no Largo do Terreiro do Trigo devem situar-se num dado momento entre a segunda metade do século XVII e os meados do século XVIII, tendo como marco final o Terramoto de 1755, segundo o que nos indica uma primeira e sucinta análise do conjunto material recolhido. A cartografia parece atestar-nos pelo menos o seu *terminus*. Com efeito, a planta do projecto da reconstrução de Lisboa assinado por Eugénio dos Santos e Carlos Mardel e aprovado em 1758 apresenta entre as áreas destruídas pelo sismo um grande edifício que se estenderia pelo que é hoje a parte mais a Sul do Largo e Rua do Terreiro do Trigo, tendo como limites a Oeste o Chafariz de El-Rei e a Este o Largo do Chafariz de Dentro (fig. 15). Sobre a gravura pode-se ler "Alfândega interina". Em 1757 temos notícias das obras da sua reconstrução através de um aviso do marquês de Pombal datado de 13 de Janeiro, para se demolirem as barracas que impediam os trabalhos sobre a Alfândega interina estabelecida na marinha (Silva, 1842, p. 437). Segundo descrições de José Acúrsio das Neves, esta alfândega viria a sofrer um incêndio que a destrói poucos anos depois (1827, p. 125), construindo-se em seguida o novo Terreiro do Trigo (Celeiro Público), e actual Alfândega, com inscrição datando-o de 1766.

Os compartimentos a), b) e c) poderão ter correspondido assim ao corpo mais antigo e nuclear daquele edifício. Os muros de carácter mais grosseiro, posteriores, parecem coincidir genericamente com os limites do complexo na zona do Largo do Terreiro do Trigo, segundo a planta de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel. Importa esclarecer ainda se estas estruturas se tratam efectivamente dos limites exteriores da Alfândega Interina antes da sua destruição em 1755 ou de vestígios de uma reconstrução imediatamente posterior.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, J. S. V. (1851) – *Memoria sobre chafarizes, bicas, fontes, e poços públicos de Lisboa, Belém, e muitos logares do termo*. Lisboa: Imprensa Silvana, p. 112-115.
- BARTELS, M. (2003) – A cerâmica portuguesa nos Países Baixos (1525-1650): uma análise sócio-económica baseada nos achados arqueológicos. *Património Estudos*. Lisboa, 5, p. 70-82.
- CAETANO, C. (2004) – *A Ribeira de Lisboa. Na Época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII)*. Lisboa: Pandora.
- CALADO, R. e LIMA, M. (2005) – *Faiança Portuguesa, Roteiro Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: Instituto Português dos Museus.
- CARTA, R. (2003) – *Cerâmica italiana en la Alhambra*. Granada: Grupo de Investigación Toponimia, Historia y Arqueología del Reino de Granada.
- COELHO, I. P. (2008) – *A cerâmica oriental na Carreira da Índia no contexto da carga de uma nau – a presumível Nossa Senhora dos Mártires*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. [Consult. 18 Out. 2011]. Disponível em WWW: URL: <http://cham.fcham.unl.pt>.
- COELHO, M. D. (2008) – *Plano de Intervenção Arqueo-lógica de Minimização. Projecto dos Interceptores do Largo do Chafariz de Dentro – Cais do Sodré*. ERA – Arqueologia, S.A. (texto policopiado)
- DORDIO, P.; TEIXEIRA, R. e SÁ, A. (2001) – Faianças do Porto e Gaia: O recente contributo da arqueologia. *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Lisboa: Instituto Português dos Museus, p. 117-166.
- ESTRELA, C.; FERREIRA, S. e FERREIRA, R. (2008) – Apontamentos sobre Silves na época moderna: a intervenção arqueológica na Rua das Parreiras. *XELB*. Silves. 8. Vol. II, p. 223-233. Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve.
- FERNANDES, I. e CARVALHO, R. (1998) – Conjuntos Cerâmicos Pós-Medievais de Palmela. *Actas das 2ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal, p. 211-255.
- GOMES, M. V. e GOMES, R. V. (1996) – Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XIV-XVI do Poço-Cisterna de Silves. *Xelb*. Silves. 3, p. 143-205.
- MOITA, I. (1983) – A imagem e a vida da cidade. *Lisboa Quinhentista. A imagem e a vida da cidade*. Lisboa: Câmara Municipal, Museu da Cidade, p. 9-22.
- NEVES, J. A. das (1827) – *Noções históricas, económicas e administrativas sobre a produção e manufactura das sedas em Portugal, e particularmente sobre a real fabrica do suburbio do Rato, e suas annexas*. Lisboa: Imprensa Régia.
- NOZES, C.; MIRANDA, P. e SILVA, R. B. da (2007) – *Intervenção Arqueológica Urbana do Largo do Chafariz de Dentro '07. 2.º Relatório de Progresso*. Câmara Municipal de Lisboa (texto policopiado).
- PINTO, M. e FERREIRA, A. (2008) – *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos. Diagnóstico Arqueológico do Largo do Chafariz de Dentro ao Terreiro do Trigo*. ERA – Arqueologia, S.A. (texto policopiado).
- RAMOS, P. (1990) – A Zona Ribeirinha de Lisboa: História de uma relação. *A Área Metropolitana de Lisboa e o Estuário do Tejo*. Lisboa: Urbe, p. 5-11. (Cadernos; 1).
- SANTOS, V. L. (2006) – Copa e área de serviço do Palácio dos Marqueses de Marialva. *Património Estudos*. Lisboa, 9, p. 207-212.
- SILVA, A. D. da, compil. (1842) – *Suplemento à Collecção de Legislação Portuguesa. Anno de 1750 a 1762*. Lisboa: Typografia de Luiz Correa da Cunha.
- SILVA, A. V. da (1987) – *A Cerca Fernandina de Lisboa*. Vol. II. 2.ª edição. Lisboa: CML.
- SOMÉ MUÑOZ, P. e HUARTE CAMBRA, R. (1999) – La cerâmica moderna en el convento del Cármen (Sevilla). *Arqueologia Medieval*. Mértola, 6, p. 160-171.
- TEICHNER, F. (2003) – Dois conjuntos de cerâmica quinhentista, provenientes do Convento de São Domingos e do claustro da Igreja de São Francisco, em Évora (Alentejo). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 6: 2, p. 501-520.
- VV.AA. (1993) – *Hospital Real de Todos-os-Santos. Séculos XV a XVIII*. Lisboa: Museu Rafael Bordalo Pinheiro.